

CFESS Manifesta

Dia Internacional das Lutas Camponesas

Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária

Brasília, 17 de abril de 2010 • Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta



peelo fim da criminalização dos movimentos sociais

As estratégias de repressão, motivadas pela intensa mercantilização da vida social, têm alimentado, por meio do Estado e da mídia, o cerceamento à atuação dos movimentos sociais, criminalizando-os pelos seus processos de organização e lutas populares.

O Estado brasileiro, pautado por interesses voltados à defesa de um modelo de desenvolvimento econômico excludente, que aprofunda a desigualdade social e privilegia a concentração da renda, da terra e da riqueza, exerce a função de defensor da vontade dos grupos dominantes, utilizando-se de diversos mecanismos de desmobilização das lutas sociais. Os meios de comunicação, aliados a esses interesses, tornam públicas essas vontades, articulando ações que desvirtuam o ideário dos movimentos sociais e limitam a veiculação de suas reivindicações e de sua existência organizada, alimentando as brutalidades das respostas do Estado. A violência, mascarada pelo discurso da segurança pública, se impõe mesmo em situações limites da vida humana, como no caso dos assentamentos precários e das moradias em áreas de risco, dos despejos e deslocamentos forçados, que ocorrem tanto no âmbito urbano como rural, tanto em territórios de comunidades étnicas como em áreas ambientalmente degradadas.

São formas de opressão e de dominação que se manifestam por meio de diferentes estratégias, que além de criminalizarem, estigmatizam, restringem e reprimem as ações dos movimentos sociais.

Isso acontece com os movimentos de mulheres, LGBT, indígenas, quilombolas e negros. Ocorre com os/as trabalhadores/as urbanos/as de inúmeras categorias que, ao realizarem manifestações públicas, têm se deparado com dois tipos de argumentos reiteradamente utilizados. Primeiro, contrapondo a população em geral ao exercício da manifestação, apontando-a como constrangedora do direito de ir e vir, causadora de empecilhos à vida social e ameaçadora à vida e à saúde. Em segundo lugar, acusam-se os manifestantes de causarem prejuízos financeiros à população, em função das dificuldades que produzem ao tráfego, contabilizado o número de veículos parados num determinado período de tempo. Ao se apontar estes transtornos à vida social, justificam-se a imposição de limites administrativos e policiais, tornando cada vez mais comuns as ações punitivas, contando, inclusive, com o apoio do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Contudo, a criminalização e outras formas de cerceamento se voltam, principalmente, para aqueles movimentos que alcançam maior grau de organização, que têm possibilidade de se expandir nacionalmente, de-

envolvendo e institucionalizando plataformas programáticas, métodos e formas de consciência particulares, assegurando mais efetividade em sua ação, a exemplo do movimento de luta pela moradia e movimento docente. Nesse contexto, destacam-se, particularmente, os movimentos rurais, organizados na esteira da experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento das Mulheres Camponesas, Movimento dos Pequenos Agricultores, entre outros. Na verdade, talvez seja o MST o mais alvejado por essa campanha de negativização da imagem, apresentado diariamente na mídia como violento, vinculado à corrupção e ao banditismo.

A criminalização do MST parte, principalmente, da mídia burguesa. Jornais, revistas, rádios e telejornais destilaram veneno contra a Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária, que acontece a cada ano no mês de abril. Caracterizada como "abril vermelho", a jornada sempre aparece nos principais noticiários com uma abordagem negativa. A mídia veicula a imagem de que os trabalhadores sem terra são arruaceiros, violentos e inimigos da "sagrada propriedade privada".

A Jornada é organizada em memória dos 19 sem terra assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, durante operação da Polícia Militar, no referido município do Pará, em 1996. Assim, o 17 de abril, data do massacre que teve repercussão internacional, tornou-se também o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. O motivo da luta é ressaltado pelo fato de nesses 14 anos o país continuar vivenciando os problemas gerados pelo descaso com o campo, alvo da violência dos fazendeiros e da impunidade da justiça.

DADOS REVELAM A CRIMINALIZAÇÃO

Entre 1985 e 2009, de acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), divulgado no site do MST, foram assassinados 1.546 trabalhadores rurais sendo que em 2009, 25 foram mortos pelo latifúndio. Do total de conflitos, só 85 foram julgados até hoje, tendo sido condenados 71 executores dos crimes e absolvidos 49.

Somente 19 mandantes foram condenados, dos quais nenhum se encontra preso, enquanto dezenas de sem terra estão presos em várias cidades do país, e outros tantos foram condenados a penas altíssimas pelo simples fato de buscarem terra para sobreviver e produzir.

Neste ano de 2010, uma das principais metas nas ações do mês de abril será a denúncia da criminalização dos movimentos sociais, um dos maiores problemas enfrentados hoje pelos sem terra e por outras organizações políticas.

A criminalização desvirtua o real sentido da ação política em defesa dos interesses das classes trabalhadoras, acusando-as de práticas terroristas. Com isto, os movimentos sociais veem reduzidas as possibilidades de afirmação de seu ideário, métodos e manifestações. Assim, faz-se necessário e urgente combater práticas autoritárias que obstaculizam o direito em difundir ideias, manifestar pensamentos, agir de forma organizada e divulgar informações. Pois, como disse Bertold Brecht, "as águas que fazem o rio, não são em si turbulentas, mas, as margens que comprimem é que tornam violentas".

O CFESS, fundamentado nos princípios do Código de Ética Profissional e em sintonia com o Projeto ético-político do Serviço Social, coloca-se contra todas as ações de criminalização, segregação e aprofundamento da desigualdade social e da pobreza que estão intrinsecamente vinculadas às violações massivas e continuadas dos direitos humanos e à impunidade dos violadores.

Na afirmação do nosso Projeto ético-político, reforçamos que a superação da desigualdade só é possível pela via da socialização da riqueza e da emancipação humana, na conquista de melhores condições materiais e subjetivas de vida. São reflexões que desafiam todos/as assistentes sociais a defender, com radicalidade, o direito a livre manifestação das organizações políticas dos trabalhadores/as. Como afirma o MST na 'jornada' desse ano: "lutar não é crime". E a luta se faz cada vez mais necessária na perspectiva do enfrentamento de todas as formas de exploração e de opressão, fazendo ecoar o grito da liberdade reprimida para vencer o medo com um convite a rebeldia.



A mídia veicula a imagem de que os trabalhadores sem terra são arruaceiros, violentos e inimigos da "sagrada propriedade privada".

RONDÓ DA LIBERDADE

*É preciso não ter medo,
é preciso ter a coragem de dizer.
Há os que têm vocação para escravo,
mas há os escravos que se revoltam
contra a escravidão.
Não ficar de joelhos,
que não é racional renunciar a ser livre.
Mesmo os escravos por vocação
devem ser obrigados a ser livres,
quando as algemas forem quebradas.
É preciso não ter medo,
é preciso ter a coragem de dizer.
O homem deve ser livre...
O amor é que não se detém ante
nenhum obstáculo,
e pode mesmo existir quando não se
é livre.
E no entanto ele é em si mesmo
a expressão mais elevada do que
houver de mais livre
em todas as gamas do humano
sentimento.
É preciso não ter medo,
é preciso ter a coragem de dizer.*

Marighella



SCS Quadra 2, Bloco C,
Edf. Serra Dourada,
Salas 312-318
CEP: 70300-902
Brasília - DF
Fone: (61) 3223.1652
Fax: (61) 3223.2420
cfess@cfess.org.br

Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta (2008-2011)

PRESIDENTE Ivanete Salete Boschetti (DF)
VICE-PRESIDENTE Sâmbara Paula Ribeiro (CE)
1ª. SEC. Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (SP)
2ª. SECRETÁRIA Neile d'Oran Pinheiro (AM)
1ª. TESOUREIRA Rosa Helena Stein (DF)
2ª. TESOUREIRA Telma Ferraz da Silva (BA)
CONSELHO FISCAL
Silvana Mara de Moraes dos Santos (RN)
Pedro Alves Fernandes (MG)
Kátia Regina Madeira (SC)

SUPLENTE
Edval Bernardino Campos (PA)
Rodriane de Oliveira Souza (RJ)
Marinete Cordeiro Moreira (RJ)
Kênia Augusta Figueiredo (MG)
Erivã Garcia Velasco (MT)
Marcelo Sitcovsky Santos Pereira (PE)
Maria Elisa dos Santos Braga (SP)
Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS)
Marylucia Mesquita (PE)

CFESS MANIFESTA - Dia Intern. das lutas camponesas e Dia nacional de luta pela reforma agrária
Conteúdo: Sâmbara Paula Ribeiro e Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (aprovado pela diretoria)
Assessoria de comunicação/design: Rafael Werkema - JP/MG 11732 comunicacao@cfess.org.br
Fotos: mst.org.br; flickr.com